



DOCUMENTO SOBRE A CONDIÇÃO DAS EDUCADORAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL AO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER

Introdução

A APP-Sindicato é uma entidade sindical nascida na década de 1940 e representa os(as) trabalhadores(as) da educação básica da rede estadual e de 200 redes municipais no Estado do Paraná. Abarca em sua base de representação professoras(es), professoras(es) pedagogas(os), funcionárias(os) da educação, ativas(os) e aposentadas(os), estatutárias(os) ou contratos temporários, de toda a rede estadual e das redes municipais que não possuem sindicato da educação organizado.

Trata-se do maior sindicato do Paraná, com um pouco mais de 65 mil sindicalizados(as). **Deste total, 86% são compostos de mulheres e apenas 14% de homens.** A taxa de mulheres na educação do Paraná é semelhante à verificada em **nível nacional, que é de 84%.** Os dados são inequívocos em constatar que esta é uma categoria majoritariamente feminina.

Quaisquer políticas educacionais implementadas pelos governos precisam levar em conta esta realidade, o que nem sempre é respeitado. Ao contrário, governos tendem a desconsiderar esta realidade e tratam as(os) professoras(es) e funcionárias(os) de escola dentro de um quadro generalista e homogeneizante que tem como referência sempre o masculino. Desta forma, invisibilizam-se as questões de gênero que

perpassam a educação e dificulta-se o acesso de mulheres às melhores condições de trabalho, de saúde e de valorização da carreira.

Só para se ter uma ideia, na comparação com outras categorias do serviço público, professoras(es) e funcionárias(os) possuem os menores salários. Uma funcionária agente 1 (auxiliar de serviço gerais) recebe R\$ 1.067,00, valor muito abaixo do salário mínimo nacional que é de R\$ 1.302,00 (1320) (diferença de 22%) e bem inferior aos R\$ 1.798,60 que é hoje o salário mínimo regional (uma diferença de 69%). Este valor pouco superior a 1 mil reais é o que recebem funcionárias(os) concursadas(os) do QFEB (Quadro de Funcionários da Educação Básica), isso porque, cumprindo a mesma função na escola, existem as(os) funcionárias(os) terceirizadas(os) que recebem valor inferior a 1 mil reais.

Este governo guia-se por políticas educacionais meritocráticas de obtenção de índices e escores que bonificam ou penalizam professoras(es) e funcionárias(os) de escola. Essa política tem sido sistematicamente criticada por nós, não só por não respeitar a condição de vida das mulheres, obrigadas a uma jornada dupla ou tripla de trabalho, como de resto tem intensificado o trabalho pedagógico levando a fadiga e o desalento à categoria.

Manifestamos a seguir as evidências desta política de intensificação pedagógica e que colaboram para o crescente adoecimento e desesperança na educação.

1) A plataformização da educação:

Com a crise pandêmica a educação foi profundamente atingida pela necessidade de distanciamento físico e passou a ser

mediada por plataformas e aplicativos. O fenômeno da plataformização já se enraizou em diferentes nichos sociais, guiado pelos interesses corporativos que buscam a total desregulamentação e flexibilização das relações sociais de forma multidimensional. É necessário lembrar que continua em curso um programa de mercantilização da educação pública no Brasil, guiado pelas reformas educacionais que possuem viés neoliberal

Essa mercantilização vai dos conteúdos que são disponibilizados e os interesses que defendem, passa pela metodologia que é imposta aos(as) professores(as) e estudantes e chega ao uso dos dados disponibilizados para grandes empresas de Big Data.

Na escola, aprofunda-se a quebra da autonomia do trabalho docente e pedagógico uma vez que as(os) professoras(es) precisam encaminhar as atividades descritas nas plataformas. A utilização ou não da plataforma tem sido usada como indicador de eficiência e produtividade, em uma concepção de avaliação meritocrática para concessão de gratificação ou punição para as(os) que não utilizam como determinado pela Seed.

Com essa política, cada vez mais professoras assumem a função de monitoras(es) e tutoras(es), tomadas apenas como suporte para mediação entre a tecnologia e o(a) estudante. As escolas tendem a se tornar centros de certificação.

No Paraná, o governo Ratinho Jr implementou o uso obrigatório por professoras(es) e estudantes de um conjunto de plataformas. Não há espaço para críticas ou adequações metodológicas.

Hoje são utilizadas pela rede pública estadual seis plataformas: Redação Paraná e Leia Paraná, no âmbito da Língua Portuguesa, para leitura e redação; Inglês Paraná; Edutech, para aprendizagem de programação digital; Matemática Paraná, com

o uso de duas plataformas: Matific e Khan Academy e, por último, o Desafio Paraná.

Há uma zona cinzenta ocupada pela Inteligência Artificial (AI) nas ferramentas de conteúdo, como ocorre com a Redação Paraná, em que o sistema procede toda a correção do texto. A ação do professor(a) traduz-se em cobrar dos(as) estudantes que digitem a redação na plataforma.

Além disso a incorporação destas tecnologias, não como ferramentas meios mas como ferramentas fins, transformam e descaracterizam a noção do processo ensino-aprendizagem mediado por um especialista, no caso o(a) professor(a). As atuações das Big-Data e das grandes empresas do ramo, como Google e Meta, descaracterizam a educação como um bem público.

Já existem pesquisas que demonstram que o modal de trabalho plataformizado atualiza e aprofunda a desigualdade de gênero existente em outras configurações laborais e agudiza os mecanismos de discriminação às mulheres. A forma como ele se organiza, através das plataformas, em que se exige um acompanhamento full time e off label, acabam afetando muito mais as mulheres, que estão expostas a uma dupla e ou tripla jornada de trabalho.

Hoje há uma percepção na categoria que a plataformização intensificou o trabalho pedagógico, além de descaracterizá-lo. O resultado é que cada vez mais professoras(es) estão adoecidas(os) e desalentadas(os), sem perspectiva de ver sentido em sua atividade pedagógica. Se sentem esvaziadas(os) e burocratizadas(os). As(os) que não respondem aos sistema são submetidas a processos administrativos, correndo o risco de perderem o emprego, haja vista que cada professor(a) precisa acompanhar, postar e avaliar sistematicamente as plataformas.

2) A situação das(os) funcionárias(os) de escola:

O desafio de educar é tarefa de todos(as) e depende da ação colaborativa e da convergência do trabalho pedagógico de professoras(es) e funcionárias(os) de escola. Defendemos historicamente que professoras(es) e funcionárias(os) de escola, ainda que em funções distintas, são igualmente educadores(as). Sem as(os) funcionárias(os) de escola a educação não aconteceria! E não destacamos apenas os aspectos operacionais da escola, como limpeza, secretaria e merenda, mas também do ponto de vista pedagógico uma vez que são responsáveis por muitas atividades pedagógicas na escola. Por exemplo: a confecção da merenda atende a critérios nutricionais cuidadosamente estudados que auxiliam os(as) estudantes a terem a percepção de que uma alimentação saudável os(as) ajuda-os no seu desenvolvimento.

No Paraná há um política em andamento de extinção da carreira das(os) funcionárias(os) de escola, demonstrando o não lugar que estas pessoas ocupam na ordem governamental das políticas educacionais. Em abril de 2020, em plena Pandemia de Covid 19, o governador sancionou a Lei 20.199/2020, que extinguiu os cargos de Agentes Educacionais I e II e terceirizou estes e outros postos de trabalho.

Com a terceirização, o atendimento educacional promovido por agentes I e II foi entregue a 15 empresas terceirizadas que assumiram a contratação destas(es) trabalhadoras(es). A consequência imediata foi que 9.700 funcionárias(os) PSS foram demitidas(os). O governo, que gastava cerca de R\$ 320 milhões com os contratos de funcionários(as) PSS, gastou R\$ 535.941.730,32 em 2021, segundo dados levantados pelo Conselho Estadual do Fundeb. São quase R\$ 216 milhões a mais de recursos da Educação (aumento de 67,38%) indo direto para o caixa das empresas.

A maioria dos servidores agentes I e II é de mulheres. As que permanecem na carreira recebem os mais baixos salários do quadro geral de servidoras públicas. Muitas recebem pouco acima de R\$ 1 mil, isso num estado que fixou o salário mínimo regional em R\$ 1.798,60. Como é uma carreira em extinção, evidencia-se a total precarização das condições de trabalho e salário. São mais de 42% de defasagem salarial. E neste momento o governo acena com apenas 5,79% de reajuste, muito inferior ao que se propõem pagar as(aos) docentes (13,25%).

Já os(as) terceirizados(as) têm um salário ainda mais inferior. Depois de feitos os descontos legais, os valores não alcançam R\$ 1 mil. Estão submetidas(os) à lógica das empresas de serviços e vivem uma situação que temos classificado, guardadas todas as proporções, como “escravagista”, com baixo salário, precárias condições assistenciais e de saúde e à mercê constante de desemprego.

Aqui o recorte de gênero é ainda mais evidente. Historicamente as profissões ligadas aos serviços domésticos, como merendeiras e auxiliar de serviço gerais, são ocupadas por mulheres. Não obstante, são amplamente desvalorizadas, não só do ponto de vista salarial, como também socialmente. Aliás, a ideia de servir remonta o tempo em que as mulheres eram ocupadas em “servir”. Eram as serviçais responsáveis pela vida doméstica e não reconhecidas por esse trabalho. Séculos depois, este imaginário persiste espraiado pela cultura machista, que atravessa não só os indivíduos como também as instituições. A educação não foge à regra e, mesmo sendo uma categoria de mulheres, hierarquiza funções e salários muito díspares entre as várias sub-classes que a compõem.

3) A saúde de professoras(es) e funcionárias(os) de escola:

A condição de saúde das trabalhadoras da educação é proporcional à precarização e intensificação do trabalho. Já assinalamos neste mesmo documento que as atuais situações

vivenciadas por professoras(es) e funcionárias(os) de escola tem levado ao adoecimento constante da categoria. Com um agravante a mais, o sistema próprio do estado é cada vez mais ineficiente e não atende as demandas que são exigidas para ele.

A política punitiva da Seed chega ao extremo de punir as(os) servidoras(as) que têm atestados médicos superiores a três dias. Estas profissionais têm sido punidas com perda de classificação, o que não lhes permite a atribuição de aulas extraordinárias. No caso das(os) professoras(es) PSS a situação é ainda pior, pois com cinco faltas corre-se o risco de perda de contrato.

Ignora-se também que as atuais políticas pedagógicas sobrecarregam a professora e são comuns altas taxas de adoecimento, principalmente mental. Na pesquisa Exploração e Sofrimento Mental de Professores: Um Estudo na Rede Estadual de Ensino do Paraná, realizada pelo professor Dr. Guilherme Souza Cavalcante de Albuquerque, fica expressa a relação do adoecimento mental com a carga horária e a quantidade de estudantes em sala. Evidenciou-se que a prevalência de casos indicativos de distúrbios psíquicos é muito elevada entre as(os) professoras(es) e que há indícios da associação desta prevalência com diversas formas de exploração no trabalho.

O Transtorno Mental Comum (TMC), com depressão e ansiedade, é maior entre mulheres. Segundo pesquisa que avaliou 174 publicações entre 1980 e 2013, 17,6% dos adultos homens apresentavam TMC. Esse número saltou para 19,7% entre as mulheres, o que indica a maior prevalência destes transtornos quando comparado aos homens. Boas condições mentais são imprescindíveis para a atividade docente e estão relacionadas ao trabalho que se desenvolve na escola.

A plataformização, a redução da jornada da hora-atividade, a constante ingerência coercitiva sobre a ação docente e pedagógica e a política de obtenção de resultados a quaisquer custos, trazem efeitos danosos para a saúde dos(as) trabalhadores(as). E há ainda

um outro agravante: a ineficiência do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidoras(es) (SAS) e o descaso da perícia médica.

O atual sistema de atendimento à saúde não dá conta de atender às necessidades da nossa categoria em muitos aspectos. Demora-se muito para ser atendido por uma série de clínicas básicas, como Cardiologia e Psiquiatria. Exames igualmente básicos, como um simples raio x ou ressonância, demoram para ser agendados. Não há cobertura para Fonoaudiologia e Psicologia, especialidades essenciais para uma categoria que tem a voz como ferramenta de trabalho e que, diante dos desafios do cotidiano, necessita de suporte psicológico. Muitas das situações são de urgência e a demora agrava ainda mais o que já era urgente.

Quanto à perícia, os atuais médicos(as) peritos(as), em sua maioria terceirizados, pois há anos não é feito concurso para suprir os cargos vagos, não reconhecem a solicitação dos(as) médicos(as) assistentes, não avaliam adequadamente o quadro clínico e não têm concedido o que se necessita para continuação do tratamento, seja afastamento de função, direito garantido por Lei Estadual (6.174/1970), licença para tratamento de saúde, ou readaptação, direito igualmente reconhecido pela mesma lei, e têm encaminhado para o retorno ao trabalho como se não nada tivesse ocorrido em relação a saúde deste trabalhador(a).

Em muitos casos, os(as) peritos(as) chegam a negar o direito à readaptação e encaminham para a aposentadoria por invalidez, prejudicando os(as) servidores(as) e a própria gestão pública que perde um funcionário(a) que, muitas vezes, tem anos de expertise no serviço público. Isso sem contar que obriga o(a) servidor(a) a ter que se aposentar com um salário reduzido, muito abaixo do que receberia se continuasse em outra função.

Há também situações extremas em que as(os) educadoras(es) se vêem obrigadas(os) a trabalhar doentes. Isso porque a ação da Seed é de punir mesmo quem está de atestado com desconto de gratificações, vale alimentação e transporte, além da situação de

perda de classificação nas escolhas de aulas ou até mesmo demissão, que é o caso das(os) profissionais PSS. Instala-se uma lógica perversa que só aumenta o adoecimento e desconsidera qualquer direito, até mesmo o direito básico à assistência à saúde.

Ainda no que se refere às questões de saúde, há a especificidade de, por ser esta uma profissão eminentemente feminina, as educadoras estão submetidas a uma jornada extenuante, o que as faz mais suscetíveis ao adoecimento. Além disso, elas são as imediatas responsáveis pela saúde dos(as) filhos(as) e, em muitos casos, de mães, pais e avós. A Seed tem negado pedidos de afastamento para cuidados médicos de terceiros ou punido com a perda de aulas. Uma política de saúde pública de atendimento às(aos) educadoras(es) precisa refletir essa condição vivenciada pela maioria das mulheres educadoras do estado.

4) Avanço na carreira:

Outros elementos importantes para nossa reflexão são as nossas condições de trabalho e de avanço nas carreiras. De acordo com o Censo Escolar na Educação (2020), educadores homens ganham, em média, 25% a mais que as colegas mulheres. Apesar de dividirem a mesma tabela salarial, a maioria dos homens não enfrenta a dupla-jornada, o que tem reflexos na carga horária e nas oportunidades de qualificação que, muitas vezes, as educadoras são forçadas a abandonar.

Assim é mais fácil e rápido um educador homem chegar ao final da carreira do que para as mulheres. Enquanto as mulheres são responsabilizadas pela criação das(os) filhas(os), a organização da casa, o trabalho na escola, aos homens é reservado o trabalho na escola, que é o remunerado. Essa desconstrução de papéis, em que a mulher é a grande responsável pelas(os) filhas(os) e o homem pelo sustento do lar, é um passo para uma educação transformadora.

O mesmo acontece nos concursos. O número dos que conseguem passar nos concursos externos e internos, como PSS e PDE, é proporcionalmente maior entre os homens. Isso se deve à dificuldade que as mulheres encontram para preparação e estudo.

O mesmo se verifica nos cargos diretivos e estruturas de poder na educação. As mulheres têm função executiva e operacional. O planejamento e a gestão é dado aos homens. Os salários, mesmo em situações equivalentes, nem sempre são os mesmo, mesmo no serviço público, onde teoricamente deveria estar resguardada uma certa isonomia. As gratificações em cargos de gestão, estratégia e planejamento são superiores a outras, exatamente porque historicamente esta é uma posição ocupada por homens e só eventualmente, muito eventualmente, por mulheres.

Conclusão

Temos muito que avançar para derrubar a diferença de tratamento baseada na questão de gênero. A equidade é uma das principais lutas das mulheres, com a garantia de que homens e mulheres desfrutem dos mesmos direitos, garantias, liberdades e oportunidades nos meios político, social e econômico.

Afirmamo-nos como um sindicato feminino e feminista. Nossa luta sindical tem esta identidade, de enfrentamento à cultura machista, que cria e acirra as desigualdades. São muitas e diversas as mulheres: negras, indígenas, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, brancas, ciganas, jovens, adultas, idosas e o papel da educação nessa transformação da sociedade é extremamente importante e necessário.

Nos últimos anos, observamos que as mulheres e os temas relacionados aos seus direitos e suas lutas, estiveram em evidência na mídia, nos parlamentos, nas redes sociais, nas ruas. Tem sido muito comum que os discursos feitos principalmente por governos

falem desta necessidade de igualdade. Mas no miúdo da política imperam o descaso e a ausência de políticas públicas de gênero.

Este egrégio Conselho tem como missão precípua refletir sobre estas temáticas e propor políticas que atendam as condições das mulheres. No nosso caso específico, que trate das condições de trabalho de uma categoria em que mais de 80% são de mulheres. Este Conselho, como órgão de estado, precisa reivindicar ao atual governo as mudanças nas políticas educacionais e de trabalho que afetam de forma muito mais intensa as mulheres. É paradoxal que um governo que diz ter a melhor educação não tenha para suas/seus servidoras(es), as melhores condições de trabalho.

Por fim, agradecemos a confiança de nos ter recebido anteriormente e solicitamos o apoio para avançarmos nas questões aqui levantadas e que poderiam ser diferentes, se fosse outra a manifestação política por parte do governo.

Desde já estamos à disposição para juntas construirmos uma educação que efetivamente respeite e valorize as mulheres.

Curitiba, 26 de abril de 2023.